Administração Geral dos Correios
e Telégrafos

Decreto n.º 13:596

Considerando que a Caixa Económica Postal, criada pelo decreto com força de lei de 24 de Maio de 1911, é um dos organismos dos serviços autónomos da Administração Geral dos Correios e Telégrafos;

Considerando que a acção da mesma Caixa se acha por enquanto quasi limitada a simples operações de depósito e reembolso, o que não permite o seu desenvolvimento;

Considerando que pelo § único do artigo 238.º do decreto n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919, é permitido à Caixa Económica Postal empregar os seus fundos disponíveis em empréstimos ao Tesouro e em outras operações devidamente garantidas;

Considerando que a referida Caixa tem disponibilidades suficientes para fazer adiantamentos de vencimentos aos funcionários da Administração Geral dos Correios e Telégrafos;

Considerando que o decreto de 21 de Abril de 1892, passando o serviço de adiantamentos aos servidores do Estado para a Caixa Geral de Depósitos, teve por fim diminuir o expediente das repartições da Administração Superior da Fazenda Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os adiantamentos de vencimentos aos funcionários da Administração Geral dos Correios e Telégrafos serão realizados pela Caixa Económica Postal, a partir de 1 de Julho do corrente ano.

Art. 2.º Estes adiantamentos não poderão exceder, na sua totalidade, a 30 por cento dos vencimentos anuais e certos dos funcionários e devem ser pagos em prestações mensais successivas, em número não superior a doze, a contar da efectividade do adiantamento.

Art. 3.º Os funcionários aos quais se fizerem estes adiantamentos pagarão um juro correspondente à quantia em dívida e mais um prémio de risco variável com a idade daqueles.

§ único. O juro e prémio a que se refere este artigo serão, no fim de cada ano económico e para vigorar no seguinte, fixados pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, com prévio parecer da comissão fiscal da Caixa Económica Postal.

Art. 4.º Para que se possam realizar estes adiantamentos, terão os funcionários que fazer a sua petição em forma legal acompanhada de:

1.º Boletim dos seus vencimentos anuais e certos descritos no orçamento da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, passado pela repartição por onde forem feitas as fôlhas dos mesmos vencimentos.

2.º Certidão de idade, quando se tratar de um primeiro adiantamento.

§ único. A Administração da Caixa Económica Postal, poderá exigir ao funcionário a apresentação de atestado passado por dois facultativos, um dos quais delegado ou sub-delegado de saúde, de que o impetrante está em condições regulares de saúde.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e do Comércio e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Maio de 1927. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — João José Sinel de Cordes — Júlio César de Carvalho Teixeira.

MINISTERIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 13:597

Verificando-se a manifesta insuficiência de diversas dotações consignadas no orçamento do Ministério da Instrução Pública decretado para o ano económico de 1926-1927, e sendo urgente reforçá-las, a fim de ocorrer ao pagamento de encargos inadiáveis;

Sendo de immediata vantagem a substituição do automóvel ao serviço do Ministério por outro cuja manutenção torne menos dispendioso o custeamento deste serviço, reduzindo-se ao mesmo tempo o preço da sua aquisição pela cedência dos dois carros que este Ministério possui, em condições de oneroso aproveitamento;

Tornando-se necessário prover à dotação de serviços instituídos posteriormente à organização do orçamento em vigor, cuja remuneração importa assegurar para garantia do seu regular funcionamento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 66.000\$ a verba de 29.000\$ inscrita no capítulo 1.º, artigo 2.º, do orçamento do Ministério da Instrução Pública decretado para o ano económico de 1926-1927, com aplicação ao pagamento de «Material e despesas diversas» do serviço do Gabinete, ficando deste modo distribuída:

Expediente e outras despesas de Gabinete	1.000\$00
Substituição do automóvel do Ministério	65.000\$00
	<hr/>
	66.000\$00

Art. 2.º É reforçada com a quantia de 15.000\$ a verba de 34.000\$, inscrita no capítulo 2.º, artigo 6.º, do orçamento designado no artigo anterior, sob a rubrica «Material e despesas diversas» da Secretaria Geral e Direcções Gerais do Ministério, a fim de ocorrer ao pagamento de despesas de expediente e outras indispensáveis para o funcionamento dos respectivos serviços.

Art. 3.º É reforçada com a quantia de 10.000\$ a verba de 5.000\$, inscrita no capítulo 5.º, artigo 33.º, do orçamento anteriormente indicado, sob a rubrica «Material e despesas diversas» do Observatório Meteorológico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, a fim de ocorrer ao custeamento dos serviços do referido Observatório em condições de perfeita correspondência aos dos estabelecimentos congéneres das outras Universidades.

Art. 4.º É reforçada com a quantia de 10.000\$ a verba de 16.000\$ inscrita no capítulo 7.º, artigo 68.º, do referido orçamento, sob a rubrica «Abonos variáveis — Serviços de inspecção, conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionais», a fim de ocorrer ao pagamento das ajudas de custo e despesas de transporte do respectivo pessoal.

Art. 5.º É reforçada com a quantia de 20.000\$ a verba de 15.000\$ inscrita no capítulo 8.º, artigo 70.º, do mesmo orçamento, sob a rubrica «Ajudas de custo, despesas de transporte e outras motivadas por serviços de sindicâncias e inspecções a estabelecimentos de instrução», a fim de poder ocorrer ao pagamento de serviços desta natureza de immediata urgência.

§ único. É também reforçada com a quantia de 8.500\$ a verba de 5.000\$ inscrita nos mesmos capítulos 8.º, artigo 70.º, mencionados neste artigo, sob a rubrica «Gratificações, ajudas de custo e despesas de transporte dos vogais de comissões de estudo, de organização de programas de ensino e de outras respeitantes a serviços de instrução», a fim de poder ocorrer ao custeamento dos serviços da comissão de aprovação de livros para o ensino secundário.

Art. 6.º É reforçada com a quantia de 20.000\$ a verba inscrita no capítulo 8.º, artigo 71.º, do orçamento anteriormente designado, sob a rubrica «Despesas eventuais e imprevistas», a fim de ocorrer ao pagamento de diversas despesas a subsidiar por esta dotação.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:598

Sendo de incontroversa vantagem a participação da nossa actividade científica no estudo dos fenómenos a observar por ocasião do eclipse total do Sol que se realizará no próximo dia 29 de Junho;

Convindo utilizar as circunstâncias favoráveis que se oferecem para instalar um posto de observação de fácil acesso em Hornihurst, ao norte de Manchester (Inglaterra), que, permitindo o exame d'esses fenómenos, igualmente contribuirão para valorizar os resultados já obtidos em observações de fenómenos anteriores da mesma natureza;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 12.000\$, a inscrever no capítulo 51.º, artigo 119.º, do orçamento da despesa extraordinária do segundo dos referidos Ministérios, autorizado para o ano económico de 1926-1927, sob a rubrica: «Para pagamento das despesas da missão de estudo e observação do eclipse total do Sol de 29 de Junho de 1927 em Hornihurst, ao norte de Manchester (Inglaterra)».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime*

Afreixo—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:599

Convindo completar as instalações do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra em ordem a obter o maior rendimento dos trabalhos de observação por meio dos aparelhos recentemente adquiridos pelo referido estabelecimento científico;

Tornando-se de imperiosa necessidade atender às precárias circunstâncias em que funciona o Laboratório Químico da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, que, pela exiguidade das suas dotações, nem sequer possui os mais simples aparelhos para o ensino laboratorial;

Impondo-se igualmente atender às ruinosas condições em que se encontra o Jardim Botânico da referida Universidade, cujas estufas, privadas, de aquecimento e cada vez mais danificadas pela paralisação de necessárias reparações, incessantemente se desvalorizam;

Reconhecendo-se a vantagem de auxiliar a expedição científica à provincia de Angola, que por iniciativa do director do Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques se está organizando, facilitando-lhe a aquisição do material indispensável para essa expedição, que muito concorrerá para fixar o justo inventário das riquezas naturais do nosso património colonial em uma das nossas mais importantes provincias ultramarinas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças a favor do da Instrução Pública um crédito especial da quantia de 150.000\$, a inscrever no capítulo 49.º, artigo 117.º, do orçamento da despesa extraordinária do segundo dos referidos Ministérios autorizado para o ano económico de 1926-1927, nos termos seguintes:

Universidade de Coimbra

Observatório Astronómico — Instalação complementar do grande espectro-heliógrafo	30.000\$00
Laboratório Químico da Faculdade de Ciências — Obras de reparação e aquisição de material	60.000\$00
Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques — Obras de reparação e conservação das estufas do Jardim Botânico, aquisição de material e despesas com a organização da expedição científica à provincia de Angola	60.000\$00
<i>Total</i>	<u>120.000\$00</u>

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.